

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
UISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 14 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

— Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto e representando o número de eleitores abaixo indicado, os seguintes membros: —————

| Município | Eleitores | Cargo | Nome |
|--------------------|-----------|-----------------|---------------------------------------|
| Aguiar da Beira | 6.416 | Presidente | Joaquim António Marques Bonifácio |
| Carregal do Sal | 9.500 | Presidente | Rogério Mota Abrantes |
| Castro Daire | 15.372 | Presidente | Paulo Martins de Almeida |
| Mangualde | 18.844 | Presidente | João Nuno Ferreira G. de Azevedo |
| Nelas | 13.149 | Presidente | José Manuel Borges da Silva |
| Oliveira de Frades | 9.066 | Presidente | Paulo Manuel Robalo da Silva Ferreira |
| Penalva do Castelo | 8.134 | Presidente | Francisco Lopes de Carvalho |
| Santa Comba Dão | 10.936 | ————— | ————— |
| São Pedro do Sul | 16.387 | Vice-Presidente | Pedro Miguel Mouro Lourenço |
| Sátão | 13.814 | Presidente | Paulo Manuel Lopes dos Santos |
| Tondela | 26.767 | Presidente | José António Gomes de Jesus |
| Vila Nova de Paiva | 6.687 | Presidente | José Morgado Ribeiro |
| Viseu | 94.295 | Vice-Presidente | Joaquim Ferreira Seixas |
| Vouzela | 9.413 | Vice-Presidente | Carlos Alberto Rodrigues Lobo |

— A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte: —————

- 1 - Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes do Conselho Intermunicipal nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 05/06/2018; ———
- 3 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 19/06/2018; ———
- 4 - Apresentação, análise e discussão do clausulado técnico, jurídico e critérios de seleção subjacentes à preparação do procedimento concursal relativo à concessão do serviço público de transporte de passageiros, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; —————
- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de localização das brigadas de sapadores florestais, de acordo com a Informação de Serviço n.º 304/2018, de 26 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; —————
- 6 - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, solicitada pelo Município

de São Pedro do Sul, de acordo com a Informação de Serviço n.º 302/2018, de 26 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

—7 - Análise, discussão e votação da proposta de renovação do contrato de “Aquisição de serviços no âmbito do acompanhamento, apoio á execução e monitorização do projeto “Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal”, aprovado no âmbito do Portugal 2020” (AD_32/2017), de acordo com a Informação de Serviço n.º 289/2018, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

—8 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a celebração de “Acordo Quadro de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 287/2018, de 20 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

—9 - Análise, discussão e votação da proposta de constituição do júri para avaliação da ação “Convocatória Aberta”, no âmbito do projeto “Rede Cultural Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 303/2018, de 26 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----


—Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto declarou aberta a reunião. -----

—Período de Antes da Ordem do Dia. -----

—O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho Intermunicipal, do Secretário Executivo, Nuno Martinho, nos termos do n.º 6 do art.º 89º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

—O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, continuou a sua intervenção, informando, os presentes, que, por solicitação do Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, e por força dos inúmeros assuntos que se encontravam em curso era necessário realizar-se uma reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal, pelo que propôs, aos presentes, a realização da mesma para o próximo dia 24 de julho, tendo a mesma sido aceita de forma unânime. -----

—A este propósito propôs, também, que a reunião ordinária do mês de agosto se realizasse no dia 1 do referido mês, para que ela não colidisse com as férias de muitos dos Senhores Presidentes, tendo a mesma merecido a aprovação unanime dos presentes.



— Continuou a sua intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, informando, que uma representação da CIM Viseu Dão Lafões e da AIRV - Associação Empresarial da Região de Viseu, se tinham reunido, nos passados dias 21 e 27 de junho, com os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, assim como, tinham sido ouvidos na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, no âmbito da petição “Por uma Requalificação adequada e completa do IP3”.

— A este propósito informou, ainda, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal que importava sublinhar o seguinte:

— Tinha sido possível, com as várias forças políticas, com assento na Assembleia República, consolidar um forte consenso político acerca das opções anunciadas, pela voz do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, para a requalificação/duplicação do IP3 (sendo esta requalificação/duplicação não portajada);

— Que os subscritores da referida petição tinham feito chegar à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas uma proposta de resolução que corporizava um acordo parlamentar, de forma a que fosse possível garantir a consistência e irreversibilidade desta decisão, em anos seguintes à presente legislatura;

— Que a CIM Viseu Dão Lafões acompanhará, de muito perto, junto da empresa Infraestruturas de Portugal, todo o desenvolvimento dos vários projetos, das várias soluções propostas (e dos seus impactos) e não que perde a ambição de construção de via dupla em toda a extensão do IP3, nomeadamente, o desenvolvimento aprofundado de todas as hipóteses/soluções técnicas que permitam que do Nó de Penacova ao limite de Mortágua (Nó da Foz do Rio Dão), garanta as duas faixas em cada sentido, com separador central, ainda, que, no limite, estas soluções passem pela construção de um troço alternativo em perfil de autoestrada, sendo que a CIM Viseu Dão Lafões acompanhará, ainda, o cumprimento do cronograma de execução previsto para a realização da intervenção.

— Concluiu este assunto, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, referindo que, também, tinha tido oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Infraestruturas de Portugal, sobre o projeto de requalificação do IP3, com o objetivo de lhe solicitar uma reunião de trabalho, bem como, de o informar que a CIM Viseu Dão Lafões tinha contratado uma empresa para a assessorar no

acompanhamento e desenvolvimento do projeto, sendo que ele não tinha ficado muito satisfeito por a CIM ter contratado este tipo de serviços de assessoria. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Nelas, Borges da Silva, que informou o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, que gostaria de acompanhar a comitiva da CIM Viseu Dão Lafões na reunião com o Senhor Presidente da Infraestruturas de Portugal, para lhe puder falar da necessidade de requalificação da variante de Nelas que liga ao IC12. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de Jesus, que, também, em jeito de balanço das reuniões com os Grupos Parlamentares, informou os presentes que todos tinham consciência de qual seria o calendário financeiro da obra, bem como, tal como sido referido pelo Senhor Presidente Rogério Abrantes, de todas as condicionantes financeiras do projeto. -----

— Concluiu a sua intervenção, afirmando, que um dos problemas que tinha agravado o estado de conservação e manutenção da via era que essas intervenções, realizadas ao longo dos tempos, foram sempre diminutas e com pouca profundidade. -----

— Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, para informar os presentes que, no âmbito do procedimento concursal para recrutamento de um funcionário para a Unidade das Tecnologias de Informação e Comunicação, sendo que a mesma se operava por via de mobilidade, apenas se tinha proposto um único candidato, de seu nome Ricardo Jorge de Figueiredo Riquito, Técnico Especialista de Informática - Grau 2, proveniente da AIRC. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que deu nota que alguns municípios, ainda, não tinham respondido à solicitação da Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, para a celebração de um Protocolo no âmbito dos gabinetes de apoio às vítimas de violência doméstica. -----

— A este propósito a opinião de diversos Senhores Presidentes foi de que apesar da comparticipação municipal não representar um valor elevado, o problema punha-se na soma de diversos projetos de parceria entre o Governo e os Municípios, que começavam a pesar em termos orçamentais, bem como, o facto de as experiências passadas indicarem que passado algum tempo eram os municípios que acabavam por suportar todas as despesas, pelo que eram da opinião de não se celebrar o referido protocolo. -----

— Acresce, ainda, que estando o PDCT num processo de reprogramação, estes projetos na área social poderão vir a obter financiamento comunitário no futuro. -----

Cex
[Handwritten signature]

— Neste sentido, o Conselho Intermunicipal incumbiu o Senhor Secretário Executivo de contactar o Gabinete da Senhora Secretária de Estado para lhe dar nota desta posição do Conselho Intermunicipal. —————

— Continuou a sua intervenção, Senhor Secretário Executivo, informando, que à CIM tinha sido comunicada a necessidade de ser assinado um protocolo de parceria, no âmbito da candidatura ao Programa de Valorização da Fileira do Queijo da Região Centro, onde a CIM também aparece como executora de fundo, pelo que o mesmo viria ao Conselho Intermunicipal para ratificação, tendo o mesmo merecido a aprovação unânime de todos os presentes. —————

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, João Azevedo, que a este propósito referiu que era importante a participação da CIM neste projeto, tanto mais que o queijo é um importante recurso da região, pelo que se deve fazer tudo o que esteja ao alcance da CIM e dos municípios para apoiar os produtores, a promoção da certificação do produto, entre outras ações, sendo que, também, concorda com a importância de a CIM Viseu Dão Lafões ser uma das entidades executores do fundo dado a qualidade do trabalho que tem vindo a desenvolver no âmbito da promoção deste produto. —————

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de Jesus, que referiu que o evento "Queijo Serra da Estrela à Chef" deveria ser um evento a considerar financiar no âmbito deste projeto, ao mesmo tempo que se deveria aproveitar o mesmo para se valorizarem um conjunto de profissões existentes no entorno da produção do queijo. —————

— Retomou a palavra o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que informou os presentes que tinha partilhado com o Senhor Secretário de Estado das Florestas e com o seu gabinete de apoio da dificuldade de recrutamento de funcionários para as equipas de sapadores florestais e para Chefe de Brigada de Sapadores Florestais, nomeadamente, nesta última por causa da exigência de credenciação em fogo controlado. —————

— Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, referindo, que o Senhor Presidente do AIRV tinha informado a CIM do facto de ainda não ter obtido respostas dos municípios quanto á sua adesão ao projeto de promoção da região na Feira de S. Mateus, tal como tinha sido apresentado na anterior reunião do Conselho Intermunicipal. —————

— A este respeito, foi referido por diversos Senhores Presidentes o elevado valor financeiro para uma participação de apenas um dia, tendo também, sido referida as dificuldades logísticas para produtores ou empresários se deslocarem para a Feira, nesta altura do ano.-----

— Referiu, também, o Senhor Secretário Executivo, que no próximo dia 5 de julho, 5ª- feira, se iria realizar um seminário no âmbito do projeto “Empreender + Viseu Dão Lafões, um projeto na área do empreendedorismo, desenvolvido em parceria com a AIRV, sendo que este seminário iria contar com diversos oradores nacionais e estrangeiros, pelo que era importante, não só que o mesmo fosse divulgado no município, junto das empresas, bem como, que os técnicos dos municípios participassem no mesmo.-----

— Foi, ainda, dada nota, pelo Senhor Secretário Executivo, da realização de uma reunião de trabalho, realizada no dia de ontem, 2 de julho, com os Senhores Vereadores e técnicos dos municípios, no âmbito do SIG, de forma a preparar as próximas etapas do projeto.-----

— Concluiu a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, informando, que se encontravam em consulta pública os diplomas legais relativos às concessões de distribuição de eletricidade em baixa tensão, pelo que, na sua opinião, era importante que o Conselho Intermunicipal se munisse de informação e apoio especializado para, atempadamente, se puder preparar para este processo negocial.-----

---- Verificada a inexistência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

---- Período da Ordem do Dia. -----

---- Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos - Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes do Conselho Intermunicipal nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, após ter indagado os presentes, verificou que não existiam condições diferentes das que tinham levado, nas últimas reuniões do Conselho Intermunicipal a não ser possível obter uma eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes do Conselho Intermunicipal, pelo que, de forma unânime, foi acordado transferir o presente ponto da Ordem do Dia para a próxima reunião ordinária do Conselho Intermunicipal.-----

— Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 05/06/2018 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 05/06/2018. —

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 247.884 eleitores, aprovar a ata. —

— Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 19/06/2018 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 19/06/2018. —

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 247.884 eleitores, aprovar a ata, não tendo participado na votação os Municípios de Tondela e Vouzela, por não terem estado presentes na reunião. —

— Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalho** - Apresentação, análise e discussão do clausulado técnico, jurídico e critérios de seleção subjacentes à preparação do procedimento concursal relativo à concessão do serviço público de transporte de passageiros, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, informou os presentes que tinha solicitado a presença do Senhor Eng.º Nuno Ribeiro e da Senhora Eng.ª Isabel Pimenta, da empresa VTM, bem como, da Senhora Dr.ª Ana Luísa Guimarães, do escritório de advogados Sérvulo e Associados, responsáveis pelo acompanhamento técnico e jurídico do procedimento concursal relativo à concessão do serviço público de transporte de passageiros, respetivamente, para fazerem uma primeira apresentação do clausulado técnico, jurídico e critérios de seleção subjacentes à preparação do procedimento concursal relativo à concessão do serviço público de transporte de passageiros. —

— Neste sentido, após uma intervenção de enquadramento do assunto em apreço, efetuada pelo Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, foi dada a palavra aos referidos consultores que apoiados numa apresentação powerpoint deram a conhecer ao Conselho Intermunicipal diversos modelos de procedimento, diferentes propostas de prazo a contratar, modelos de repartição de custos, questões a salvaguardar no âmbito

da fase de transição entre o modelo a contratar e o existente, sendo que, em cada uma destas situações foram sempre apresentados os prós e os contras de cada uma delas. ---


--- Após uma aturada análise de cada uma das propostas apresentadas, ficou acordado entre os presentes que as empresas consultoras deveriam especializar, ainda mais, alguns dos temas, ao mesmo tempo que os municípios iriam, também, especializar alguma das informações financeiras que tinham disponibilizado anteriormente, de forma a que nas próximas reuniões do Conselho Intermunicipal fosse possível a este, tomar um conjunto de deliberações sobre a matéria em apreço. ---

--- A este propósito ficou, também, acordado, entre os presentes, que o escritório de advogados iria preparar uma matriz jurídica a disponibilizar a cada município para que este, em sede de negociação direta com o operador, no âmbito dos transportes escolares para os anos letivos 2018/2019, pudesse inserir um conjunto de salvaguardas no contrato que permitissem garantir o regular funcionamento dos transportes escolares durante o período de transição entre o serviço atualmente disponível e o que venha a resultar da entrada em vigor do novo procedimento concursal. ---

--- Quanto ao quinto ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e votação da proposta de localização das brigadas de sapadores florestais, de acordo com a Informação de Serviço n.º 304/2018, de 26 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, informou que tinha solicitado a presença do Eng.º André Mota, para, em conjunto com o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, apresentarem a proposta constante da Informação de Serviço n.º 304/2018. ---

--- Foi dada a palavra ao Dr. Nuno Martinho e ao Eng.º André Mota, que apoiados numa apresentação powerpoint, expuseram diversas propostas de localização genérica das brigadas, tendo sempre presente os critérios de mobilidade, centralidade e proximidade às principais áreas de intervenção, tendo os mesmos referido que as propostas apresentadas eram o resultado de um trabalho conjunto desenvolvido em parceria com o CDOS de Viseu e com o oficial de ligação da GNR de Viseu para a área da proteção civil. ---

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente de Câmara de Vila Nova de Paiva, José Morgado Ribeiro, que propôs que fosse avaliada a localização de Vale de Cavalos para a instalação da primeira Brigada. ---

GX


— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente de Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que se manifestou contra a localização da primeira brigada na zona do Sátão, por lhe parecer que ficaria numa posição menos favorável em relação a outras zonas de primeira intervenção ou intervenção prioritária. —

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente de Câmara de Aguiar da Beira, Joaquim Bonifácio, que afirmou não compreender as questões que estavam a ser suscitadas, atendendo ao facto de as propostas apresentadas estarem sustentadas em análises técnicas, tanto mais que o objetivo destas brigadas é servir o território como um todo. —

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 247.884 eleitores, aprovar na generalidade o modelo de dispersão territorial das brigadas, sendo que deveria ser presente ao Conselho Intermunicipal uma proposta de localização detalhada de cada brigada tendo em consideração a distância quilométrica e a disponibilidade de espaços capazes de acolher cada uma das brigadas. —

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —

— Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, solicitada pelo Município de São Pedro do Sul, de acordo com a Informação de Serviço n.º 302/2018, de 26 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 302/2018 esclareceu os presentes sobre o assunto em apreço. —

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que lamentou o facto da Escola Secundária de Castro Daire não ter sido contemplada neste Despacho. —

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de Jesus, que referiu que se começa a detetar, claramente, uma inversão do espírito inicial do PDCT, pelo que como agora há concorrência entre CIM's no reforço financeiro, quer na área da saúde, quer na da educação ou da cultura, deverá ser tido em linha de conta, a equidade necessária para que não haja discriminação entre municípios, pelo que era importante perceber como será feito o reforço das obras que entretanto já se encontram

em curso, o que exige do Conselho Intermunicipal uma especial atenção na gestão deste dossier.-----

—Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 247.884 eleitores, aprovar a proposta de alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, solicitada pelo Município de São Pedro do Sul.-----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Quanto ao sétimo ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e votação da proposta de renovação do contrato de “Aquisição de serviços no âmbito do acompanhamento, apoio à execução e monitorização do projeto “Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal”, aprovado no âmbito do Portugal 2020” (AD_32/2017), de acordo com a Informação de Serviço n.º 289/2018, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 289/2018 esclareceu os presentes sobre o assunto em apreço.-----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 247.884 eleitores, aprovar a proposta de renovação do contrato “Aquisição de serviços no âmbito do acompanhamento, apoio à execução e monitorização do projeto “Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal”, aprovado no âmbito do Portugal 2020” (AD_32/2017).-----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Quanto ao oitavo ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a celebração de “Acordo Quadro de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho”, de acordo com a Informação de Serviço nº 287/2018, de 20 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 287/2018 esclareceu os presentes sobre o assunto em apreço.-----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 247.884 eleitores,

aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal, para a celebração de "Acordo Quadro de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho".-----

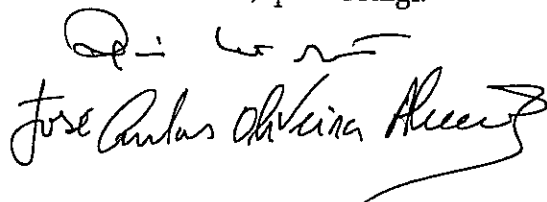
--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Quanto ao nono ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e votação da proposta de constituição do júri para avaliação da ação "Convocatória Aberta", no âmbito do projeto "Rede Cultural Viseu Dão Lafões", de acordo com a Informação de Serviço nº 303/2018, de 26 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 303/2018 esclareceu os presentes sobre o assunto em apreço.-----

--- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 247.884 eleitores, aprovar a proposta de constituição do júri para avaliação da ação "Convocatória Aberta", no âmbito do projeto "Rede Cultural Viseu Dão Lafões".-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto declarou encerrada a reunião, pelas dezoito horas, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi.-----


José Carlos de Oliveira Almeida